



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000284970

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2038100-19.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante ANA BELA ROITMAN, é agravado SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JOÃO PAZINE NETO (Presidente) E VIVIANI NICOLAU.

São Paulo, 25 de março de 2025.

DONEGÁ MORANDINI

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

3ª Câmara de Direito Privado

Agravo de Instrumento nº 2038100-19.2025.8.26.0000

Comarca: São Paulo

Agravante: Ana Bela Roitman

Agravada: Sul América Serviços de Saúde S.A.

Juíza de Direito: Leila Hassem da Ponte

Voto nº 64.615 (s)

DIREITO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE REAJUSTE CONTRATUAL. TUTELA DE URGÊNCIA.

I. CASO EM EXAME: 1. Agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu pedido de tutela de urgência incidental em ação declaratória de nulidade de reajuste contratual, obrigação de fazer e restituição de valores. A agravante alega diferença significativa entre o plano de saúde contratado e o oferecido com coparticipação, pleiteando redução do valor da mensalidade.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO: 2. A questão em discussão consiste em determinar se há elementos suficientes para concessão de tutela de urgência para compelir a redução do valor da mensalidade do plano de saúde, considerando a alegação de abusividade nos reajustes aplicados.

III. RAZÕES DE DECIDIR: 3. A decisão recorrida preserva-se, pois não há prova pré-constituída de irregularidade nos reajustes aplicados, nem urgência demonstrada pela agravante. 4. A proposta de plano com coparticipação não é equivalente ao plano atual, não havendo evidência de que os reajustes são inadequados. A ausência de perigo iminente de dano também justifica a manutenção da decisão.

IV. DISPOSITIVO E TESE

5. Agravo desprovido.

6. Tese de julgamento: 1. A tutela de urgência requer probabilidade de direito e perigo de dano, não evidenciados no caso. 2. A diferença entre planos com e sem coparticipação não justifica a concessão da tutela sem análise aprofundada.

Legislação citada: CPC, art. 300.

Jurisprudência citada: TJSP, Agravo de Instrumento nº 2291848-16.2024.8.26.0000, Relator: Donegá Morandini, j.

22/10/2024.

AGRAVO DESPROVIDO.

1- Cuida-se de agravo de instrumento tirado da decisão reproduzida às fls. 12/14 deste agravo (fls. 556/558 da origem), que, nos autos de ação declaratória de nulidade de reajuste contratual c.c. obrigação de fazer e restituição de valores, indeferiu o pedido de tutela de urgência incidental nos seguintes termos: *“conforme já destacado pela decisão de fls. 60/62, não há prova pré-constituída de irregularidade nos reajustes aplicados pela ré, tampouco se observa urgência na medida, não tendo a autora demonstrado impossibilidade de arcar com as mensalidades no valor atual. Ressalta-se, ainda, que eventuais prejuízos sofridos pela autora poderão ser ressarcidos monetariamente em caso de eventual procedência da ação”*.

Sustenta, em breve síntese, que “a r. decisão agravada deixou de analisar uma simples questão, ou seja, a grande diferença entre o plano de saúde contratado pela agravante e o plano de saúde agora oferecido, com coparticipação, já que, ainda que a Ana Bela utilize serviços médicos mediante o pagamento das taxas adicionais, que oscilam entre R\$ 40,00 e R\$ 500,00, certamente o montante total a ser pago não corresponderia nem a metade da

mensalidade até então paga”.

Aduz, ainda, que recebeu proposta da Qualicorp de redução da mensalidade, mantendo-se a rede credenciada, todavia com coparticipação “que, considerando os valores pagos pelas taxas adicionais que oscilam entre R\$ 40,00 e R\$ 500,00, certamente o montante total a ser pago não corresponderia nem à metade da mensalidade até então paga pela agravante”.

Requer “seja conhecido e provido o presente recurso, para reformar a r. decisão de fls. 556/558, a fim de conceder a tutela de urgência incidental pleiteada para compelir a Sul América a reduzir o valor do prêmio mensal de R\$ 12 mil reais, para o valor oferecido pela própria Sul América à Ana Bela, ou seja, R\$3.830,49, ou, alternativamente, o valor de R\$ 3.865,28 calculado na inicial, até o final da demanda.”.

Recurso, tempestivo e preparado, processado sem antecipação da tutela provisória recursal (fls. 65/66).

Contraminuta às fls. 71/83.

Oposição ao julgamento virtual (fls. 68).

É o relatório.

2- Preserva-se a r. decisão recorrida.

Com efeito.

A demanda versa sobre a revisão do contrato,

visando declarar a nulidade do reajuste por sinistralidade aplicados de 2015 a 2024. Pretende que as mensalidades sejam readequadas, considerando estritamente os reajustes da ANS para contratos individuais e familiares.

Conforme pontuado por este Relator na decisão de fls. 65/66, a agravante pleiteia exatamente o mesmo pedido já enfrentado em decisão colegiada, por ocasião do julgamento do Agravo de Instrumento n. 2291848-16.2024.8.26.0000, o qual restou assim ementado: **“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. Tutela de urgência. Indeferimento. Preservação. Questionados índices de aumento das mensalidades. Reportada abusividade nos percentuais aplicados pela seguradora. Inexistência, porém, de necessária vinculação aos percentuais estabelecidos pela ANS, os quais se limitam aos planos individuais e não coletivos, como é o plano titularizado pela agravante. Necessária formação do contraditório, oportunidade em que conhecidas as razões da parte agravada. Probabilidade do direito, neste estágio processual, não evidenciada. Presumida adequação dos valores até que demonstrada, cabalmente, a abusividade indicada pela seguradora. Decisão mantida. AGRAVO DESPROVIDO”** (j. 22/10/2024).

Embora alegue a agravante a existência de fato novo, consubstanciado na proposta da Qualicorp de plano alegadamente semelhante por valor inferior (fls. 38/47 destes autos), inviável o pronto acolhimento da tutela requerida.

Primeiro, porque não se trata efetivamente do mesmo plano, são sendo possível, com a informação e valores do plano oferecido, concluir inequivocamente que os reajustes não estão adequados.

Depois, como bem apontado pela i. magistrada da origem, **“não há que se falar, ainda, em manutenção do plano de saúde atualmente contratado pelo valor do plano oferecido pela ré mediante coparticipação, modelo projetado justamente para reduzir o custo fixo da mensalidade, proporcionando uma alternativa mais acessível, através do qual o beneficiário paga taxa adicional para realização de consultas procedimentos cobertos pelo plano”**.

No mais, não há prova de perigo iminente de dano, nota-se que a agravante apenas faz alusão a possibilidade de não pagamento das mensalidades caso haja novo reajuste.

Diante do exposto, não se vislumbrando a hipótese do artigo 300 do Código de Processo Civil,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

preserva-se a r. decisão recorrida, sem prejuízo de novo exame da questão em sede de cognição exauriente.

AGRAVO DESPROVIDO.

Donegá Morandini
Relator